

O Palácio de Belém

A actual fisionomia arquitectónica do Palácio assenta genericamente nos modelos da arquitectura seiscentista da nobreza cortesã, usufruindo de uma harmoniosa simplicidade, reveladora do seu carácter primitivo de *quinta suburbana*. Foi D. Manuel de Portugal, erudito fidalgo renascentista, o primeiro proprietário da Quinta de Belém. Em meados do século XVII a propriedade foi vinculada ao morgado dos Corte-Reais e consequentemente transferida para posse dos condes de Aveiras.

A Quinta de Belém abraçou o seu estatuto real no ano de 1726, data em que D. João V a adquiriu ao 3º conde de Aveiras, D. João da Silva Telo de Meneses, pela exorbitante quantia de 200.000 cruzados. Uma vez na posse da Coroa a quinta foi ampliada e sujeita a inúmeras modificações, subordinadas ao gosto e à extravagância do rei. Utilizada como típica casa de veraneio, a quinta ganhou novo destaque no contexto barroco da corte de D. Maria I. A construção do Picadeiro Real, a ampliação do Viveiro dos pássaros e o arranjo cenográfico do Jardim do Buxo inseriram-se num contexto de profunda reestruturação da linguagem arquitectónica e decorativa do palácio.

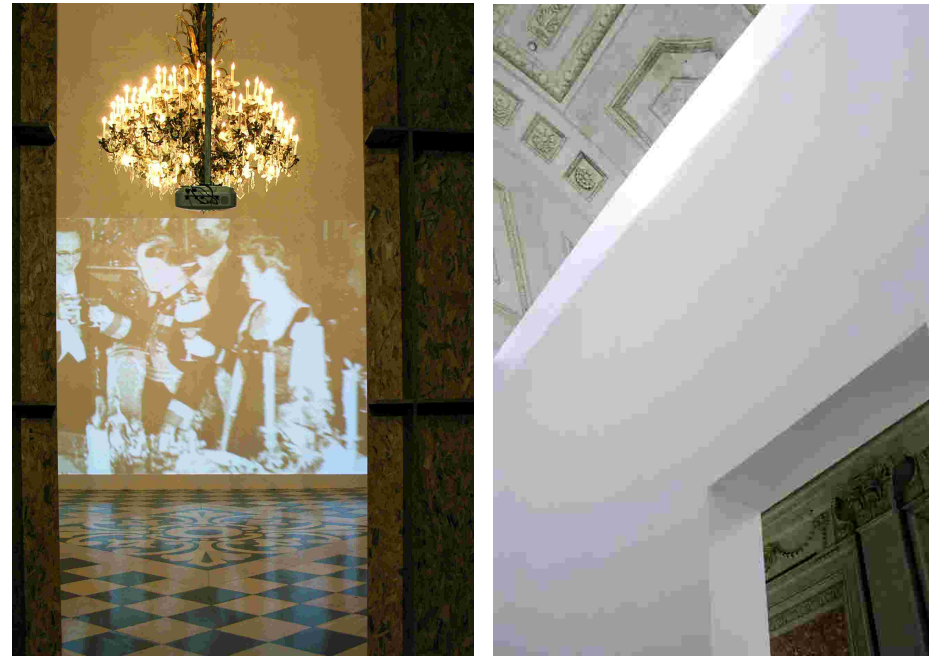
O ano de 1807 infligiu um sério revés patrimonial mediante a partida da família real para o Brasil e a consequente desafecção de grande parte do espólio móvel do Palácio. No reinado de D. Maria II, o Palácio voltou circunstancialmente a ganhar projecção social e política: ficaram célebres os bailes e festas de corte bem como o episódio da Belenzada, em 1836.

Meio século depois, em 1886, por ocasião do casamento de D. Carlos e D. Amélia os interiores do Palácio foram reformulados. As salas de aparato beneficiaram de um programa decorativo com especial intervenção de Leandro Braga, Columbano e João Vaz.

Organização:



Visitas Guiadas por marcação prévia: telf. 213 614 660 Fax 213 614 764 email: museu@presidencia.pt



Realização Museu da Presidência da República Apoios Instituto Português do Património Arquitectónico · Museu Nacional de Arte Antiga
Comissário Geral **Diogo Gaspar** Comissariado Executivo **Patrícia Salgado** em colaboração com: **Jorge Inácio** **Ana Silva Dias**
Projecto de Arquitectura **João Luís Carrilho da Graça** Design de Comunicação **António Queirós** Segurança **PSP-GNR** · **Securitas**

COM O APOIO DE:



PATROCINADORES OFICIAIS



APOIO:

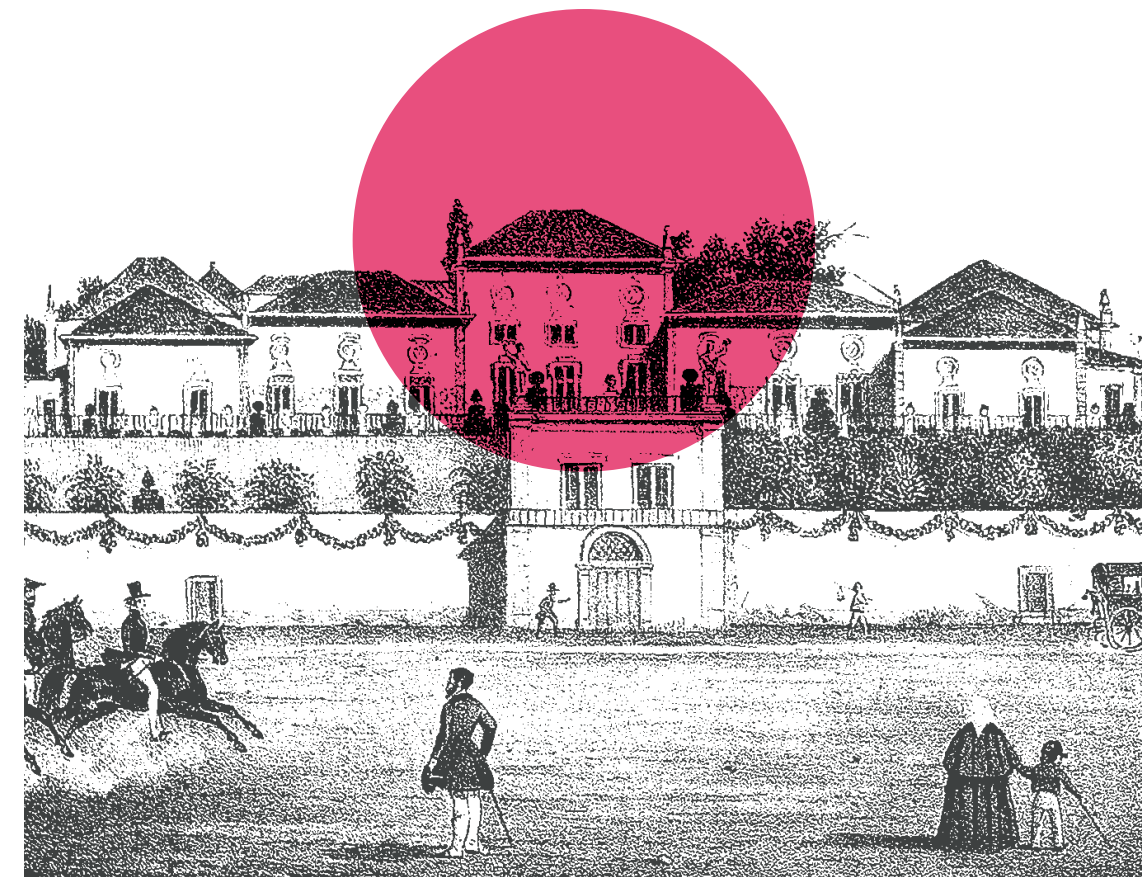


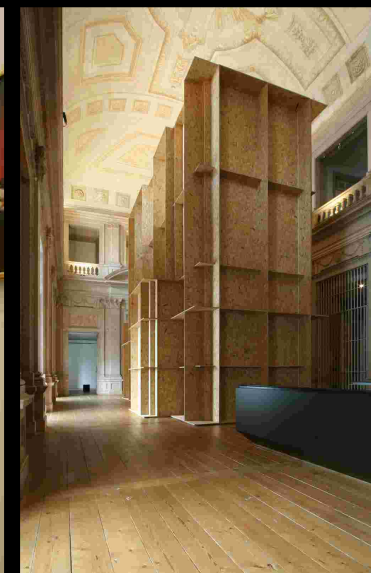
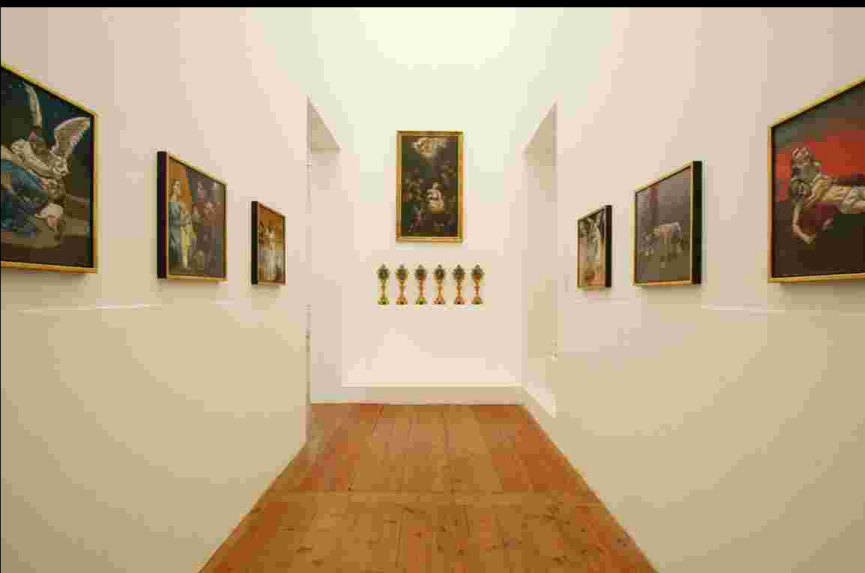
APOIO À REALIZAÇÃO



Exposição Do Palácio de Belém

Galeria de pintura do rei D. Luis, Palácio da Ajuda.
5 Outubro – 23 Dezembro · terça – domingo 10 – 18h





A seguir à implantação da República, o Palácio de Belém passou por uma fase de incerteza. Preocupado em não cair na ostentação que criticara à Monarquia, o novo regime esforçou-se por revestir as novas práticas do poder de alguma austeridade. Por essa razão, o primeiro Presidente da República eleito, Manuel de Arriaga, continuou a morar na sua residência particular, deslocando-se ao Palácio de Belém apenas para o despacho e cerimónias oficiais, até 1912. Nessa altura, foi concedida autorização para que o Presidente utilizasse o Anexo do palácio, mediante o pagamento do respectivo aluguer. Estabelecido o precedente, todos os Presidentes da República que escolheram fixar-se em Belém, até ao advento do Estado Novo, pagaram o respectivo aluguer.

O Palácio de Belém tornou-se, em definitivo, a residência oficial do Presidente da República Portuguesa, condições que representaram a sua valorização cultural e patrimonial. É nessa qualidade que o palácio assiste à vertiginosa sucessão de Presidentes da I República (1910–1926) e à correspondente agitação da vida política nacional. Entre os momentos mais dramáticos, conta-se o velório do Presidente Sidónio Pais, assassinado em Dezembro de 1918.

Após a efervescência da Ditadura Militar (1926–1933), seguiu-se a aparente quietude do Estado Novo (1933–1974), durante o qual apenas o Presidente Craveiro Lopes (1951–1958) optou por residir em Belém. A residência oficial continuou, porém, a ser lugar de alguns acontecimentos políticos, como a sucessão de Oliveira Salazar.

Entre 1974 e 1976 – com manifestações à porta e reuniões sucessivas –, o Palácio alcançou um enorme protagonismo, guardando, no segredo das suas paredes, alguns dos episódios mais marcantes desse agitado período.

Consolidada a Democracia, o Palácio de Belém alcançou um lugar cimeiro na hierarquia simbólica do poder em Portugal, tornando-se palco de acontecimentos políticos, culturais e sociais, e iniciando, nas últimas décadas, um percurso de abertura aos cidadãos portugueses.

